

1.8 Serro

Uma das mais belas cidades de Minas Gerais, por sua ambiência e arquitetura tipicamente colonial, a fundação do Serro data de 1702, ano da descoberta feita por Antônio Soares Ferreira e Manuel Rodrigues Arzão das minas do Ivituruí, vocábulo indígena que quer dizer “Serro Frio”, alusivo ao clima que se fazia no cume da serra. O arraial, chamado de Lavras Velhas do Serro, ou Ribeirão das Lavras Velhas, em contraposição a Minas Novas, foi elevado à vila, com a denominação de Vila do Príncipe, em 29 de janeiro de 1714. A comarca do Serro Frio, cuja sede era a Vila do Príncipe, foi criada e demarcada pela provisão régia de 17 de fevereiro de 1720, abrangendo uma imensa área, na qual se localizava o arraial do Tijuco, depois Diamantina. Com isso, a vila recebeu tropas militares e grande leva de funcionários administrativos. Estes, na maioria portugueses, deram vida sofisticada ao antigo povoado. A Vila do Príncipe foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Serro, em 1838. Mesmo com a queda na mineração do ouro e dos diamantes, a cidade continuou mantendo sua posição de centro jurídico-administrativo da região, o que permitiu a construção de belos casarões durante o século XIX. Na virada do século, devido à sua topografia acidentada, a cidade não recebeu a estrada de ferro, que foi desviada para Curvelo, chegando a Diamantina. Este fato foi decisivo para a decadência da localidade, que acabou isolada entre as montanhas e serras da região. Por outro lado, foi o que possibilitou ao Serro manter a ambiência e a imagem dos séculos XVIII e XIX, tempo em que exerceu seu poderio sobre a região. Não por acaso, foi a primeira cidade brasileira a receber o Título de Patrimônio Nacional, em 8 de abril de 1938.

Serro conserva um traçado básico, que se presume da segunda metade do século XVIII, quando já se encontraria definida em termos urbanísticos, com suas casas ocupando um espaço acidentado entre as margens dos ribeirões auríferos, Lucas e Quatro Vinténs, e as encostas dos pequenos morros. O crescimento do arraial obedeceu a uma tendência mais ou menos longitudinal, na direção leste-oeste, assinalada pela presença dominante de duas longas vias principais, que correspondem hoje às ruas São José e Fernando Vasconcellos. A construção de

várias igrejas no curso do século XVIII atuou como fator de adensamento do núcleo urbano. Próximas às igrejas surgiam novas casas e ruas. E assim a localidade cresceu, assumindo as feições que preserva até hoje, pelo menos no que diz respeito ao sítio histórico original.

As principais transformações na paisagem urbana de Serro viriam a acontecer a partir da década de 1970, quando a periferia da cidade passou a receber imigrantes provenientes da zona rural. As vertentes opostas à malha urbana foram ocupadas por grande número de pequenas casas de médio a baixo padrão construtivo.

O sítio histórico tombado corresponde à cidade histórica original. O acervo arquitetônico da cidade dentro do perímetro tombado é de 450 edificações. Infelizmente, foram realizadas algumas intervenções, como a construção da rodoviária de linhas modernas, que interferem negativamente na ambiência histórica e na unidade do conjunto arquitetônico.

Já as edificações existentes fora do sítio histórico tombado diferem do modelo original. Essa ocupação ocorreu de forma desordenada, e só recentemente a prefeitura abriu novas ruas. O município não possui legislação urbana. Contudo, tendo em vista a perspectiva da realização do Plano Diretor Municipal, uma das exigências estabelecidas pelo PRODETUR II, recomenda-se atenção especial ao setor e a adoção de instrumentos e medidas urbanísticas que venham garantir, em consonância com o desenvolvimento socioeconômico, a preservação do patrimônio cultural de Serro.

Além do casario histórico, o município destaca-se pela riqueza de suas tradições culturais. As festas mais populares da cidade são as do Rosário e a do Divino, com diversas manifestações folclóricas, como a dança do bumba-meu-boi. A festa do Rosário é promovida anualmente pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sempre no primeiro final de semana de julho, fundada pelos negros no século XVIII. Esta festa reveste-se de interesse especial, com vários grupos e desfiles de marujada, catopês e caboclos, com seus figurantes vestidos a caráter e entoando canções de origem africana.

De grande relevância, em termos do patrimônio cultural, tem-se ainda o famoso queijo do Serro. Sem dúvida, seu processo de fabricação constitui uma das mais significativas e importantes tradições de Minas, do ponto de vista tanto econômico quanto social, uma vez que se encontra enraizada na vida da comunidade local. O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial foi instituído no Brasil apenas recentemente, em 2000, tendo o Governo de Minas Gerais solicitado ao IPHAN que fosse inscrito no Livro dos Saberes, enquanto primeiro bem cultural imaterial de Minas, o modo de fazer do queijo artesanal do Serro. Em 16 de abril de 2002, pelo Decreto n. 42.505, ficou instituído, também em Minas Gerais, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível, e foi aprovado pelo Conselho Curador do IEPHA/MG, em reunião de 7 de agosto de 2002, o registro do modo tradicional de fabricação do queijo do Serro como Patrimônio Imaterial de Minas Gerais.

Além do distrito sede, onde se localiza o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, tombado em 1938, e outros tombamentos de edificações isoladas, o município possui os distritos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Deputado Augusto Clementino (Mato Grosso) e Pedro Lessa. Desses, apenas Pedro Lessa não possui maior valor em termos patrimoniais e, em decorrência, não se configura em área de interesse para o turismo de cunho histórico-cultural. Por outro lado, apenas os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras possuem imóveis tombados e merecem maior destaque, em virtude do turismo que já existe nesses locais e que vem se firmando cada vez mais enquanto alternativa econômica para suas populações.

O arraial de Milho Verde surgiu em decorrência da mineração que se praticava na região do Serro Frio no século XVIII. Conforme provisão de 1781, a primeira denominação do lugar era São José do Milho Verde, em função da capela que ali existia em homenagem ao santo. Com a descoberta dos diamantes, as prospecções também alcançaram a região de Milho Verde, fazendo incidir sobre a população local as mesmas normas rígidas de fiscalização adotadas pela chamada *Demarcação Diamantina*. Subordinada à matriz do Serro, o arraial foi elevado à paróquia em 1857 e à categoria de distrito em 1868. Distante 27 quilômetros do Serro, Milho Verde se destaca por sua beleza natural, de grande força paisagística, pelas características de seu sítio urbano, destacando-se o modesto casario da vila, a Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada no ponto mais alto e um dos cartões postais do lugar,

e, principalmente, a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, imóvel tombado pelo IEPHA/MG em 1980.

Assim como Milho Verde, o distrito de São Gonçalo também tem sua origem na exploração do ouro, ainda na primeira metade do século XVIII. Por volta de 1732, quando foram descobertos diamantes nas suas imediações, já habitavam ali muitas pessoas, com casas de vivenda, roças e engenho. Ao que parece, essa descoberta acabou impedindo o seu desenvolvimento, pelo fato de a rígida legislação portuguesa para as áreas diamantíferas desestimular a vinda de novos moradores e, mesmo, a permanência de muitos daqueles que se dedicavam à extração do ouro. São Gonçalo chegou a ter um intendente de diamantes, que ali residiu por volta de 1809. A mineração foi uma atividade importante durante ainda boa parte do século XIX. Converteu-se em centro comercial de relativa importância nos inícios do século XX, pois por ali transitava grande número de tropas que conduziam gêneros alimentícios, atendendo à demanda do mercado de Diamantina.

O distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, assim como o de Milho Verde, mantém muitas de suas características originais, constituindo-se num dos acervos mais bem conservados das pequenas localidades de origem colonial do interior de Minas. Além da Igreja Matriz, tombada pelo IEPHA/MG, existe o tombamento municipal do Rancho de Tropas. Contudo, todo o núcleo histórico, incluindo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, deveria ser objeto de proteção.

Em função de seu conjunto histórico e das belas cachoeiras que existem no entorno, vem crescendo cada vez mais o número de visitantes, e o turismo, paralelamente à agricultura, é uma das fontes de renda da população local.

Em ambos os casos, Milho Verde e São Gonçalo, são necessárias medidas urgentes de proteção e valorização do patrimônio para evitar que esse potencial turístico venha se transformar em fator de destruição e descaracterização.

No que diz respeito à política municipal de patrimônio, deve-se destacar a Lei n. 1537, 8 de março de 2002, que criou o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Serro, em consonância com as exigências da Lei do ICMS do Patrimônio Cultural. Em virtude da importância do conjunto histórico e arquitetônico do Serro, as ações

municipais nessa área já vêm de longa data, apesar da falta de recursos técnicos e financeiros, problema que atinge a grande maioria dos municípios mineiros. Além do inventário do patrimônio cultural dos distritos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Deputado Augusto Clementino, dado que o núcleo urbano já se encontra devidamente inventariado pelos órgãos do patrimônio estadual e federal, o governo municipal vem investindo na reforma e manutenção de alguns prédios e na reconstituição do calçamento das ruas do Centro Histórico.

A 13ª Superintendência Regional do IPHAN mantém uma Sub-Regional no Serro, contando com três funcionários, sendo que dois já estão se aposentando. Essa equipe faz um trabalho sistemático de conservação e preservação. Também já foram realizados trabalhos de educação patrimonial, o que vem contribuindo para a formação de parcerias entre instituições locais e governamentais. No momento, sob a responsabilidade da 14ª Sub-Regional, encontram-se em andamento ações relativas à restauração arquitetônica e de elementos artísticos da Igreja Nossa Senhora do Carmo.

Devido ao tombamento federal de seu núcleo histórico, a cidade do Serro está inserida no Monumenta/BID – Programa de Revitalização de Sítios Urbanos, no âmbito do programa da Recuperação do Patrimônio Cultural, cuja supervisão geral é do IPHAN. As ações, ainda no nível de elaboração de projetos, são as seguintes:

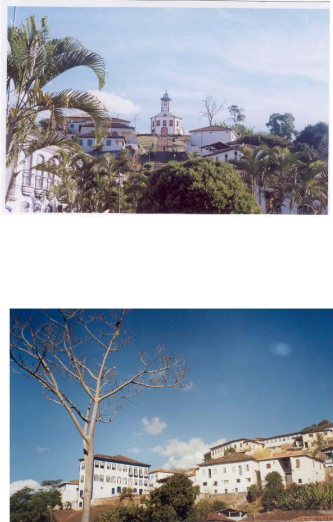
- Casa dos Ottoni – paisagismo e museologia;
- Matriz de Nossa Senhora da Conceição – restauração arquitetônica e de elementos artísticos;
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário – restauração de elementos artísticos;
- Igreja Bom Jesus do Matosinhos – restauração arquitetônica e de elementos artísticos;
- Urbanização dos Córregos Vintém e Lucas – infra-estrutura e paisagismo;
- Eixo Matriz-Matosinhos – paisagismo e infra-estrutura;
- Adro da Igreja de Santa Rita – paisagismo e infra-estrutura;
- Praça João Pinheiro – paisagismo e infra-estrutura;
- Praça e Adro da Igreja do Rosário – paisagismo e infra-estrutura;
- Largo da Rodoviária – paisagismo e infra-estrutura; e

- Reurbanização da área tombada.


QUADRO 1.5

Patrimônio Histórico-Cultural do município de Serro do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha –
 Caracterização geral dos imóveis tombados – Minas Gerais – 2003

(Continua)


NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="230 1187 589 1233">Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade do Serro</p>	<p data-bbox="607 568 696 592">Federal</p> <p data-bbox="607 635 824 799">IPHAN Processo n. 65-T-38, inscrição n. 25, folha 6, no Livro de Belas Artes, em 8/4/1938.</p>	<p data-bbox="831 568 1205 1206">A criação e o desenvolvimento do Serro se devem à mineração do ouro praticada no século XVIII. Seu núcleo urbano ainda preserva a atmosfera de uma vila colonial, com o arruamento formando tabuleiros, seguindo um morro alongado, com as ruas principais no sentido leste-oeste e as transversais curtas em declive, com o casario, em sua maior parte, despretençioso, excetuando-se as principais igrejas e as residências de maior porte. Mesmo com o fim do ouro, a cidade permaneceu como centro de interesses jurídico-administrativos da região, o que lhe valeu até a construção de belos casarões ainda no século XIX. O acervo arquitetônico do conjunto tombado está estimado em 450 edificações.</p>	<p data-bbox="1211 568 1487 679">O fluxo maior de turistas é registrado nos feriados prolongados e nas férias escolares.</p>	<p data-bbox="1494 568 1809 1262">De modo geral, o conjunto arquitetônico apresenta-se em bom estado de conservação. Observa-se que algumas reformas têm efeito descaracterizante, como troca de telhados e construção de garagens. Por outro lado, as ações de conservação preventiva devem ser constantes. O terreno acidentado exigiu esteios muito longos, que sofrem a ação das chuvas e também do cupim de solo, que, apesar das imunizações, sempre volta a atacar, principalmente os pisos e a parte estrutural próxima do chão. A falta de esgoto é um problema sério e que interfere negativamente no bem tombado, assim como a fiação elétrica aparente.</p>	<p data-bbox="1816 568 2089 927">A cidade do Serro encontra-se inserida no Monumenta/BID. Estão previstos diversos projetos para o núcleo tombado, desde obras de restauração de imóveis, de paisagismo, até intervenções em infra-estrutura, como é o caso da urbanização dos córregos do Vintém e Lucas.</p> <p data-bbox="1816 935 2089 1126">De forma a garantir a complementaridade das ações entre os dois programas, recomenda-se a instalação de rede subterrânea no núcleo histórico tombado.</p>

(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
	<p>Federal</p> <p>IPHAN Processo n. 319-T-42, inscrição n. 296-A, folha 62, no de Belas Artes e também inscrição n. 229, folha 38, no Livro de História, ambas em 14/1/1944. O imóvel está inserido também no conjunto tombado.</p>	<p>Construída no final do século XVIII, pelas irmandades de São Benedito e N. Sra. das Mercês, numa suave colina, possuindo um adro com muros de pedra, com acesso por escadaria de 14 degraus, também de pedra. Possui nave, capela-mor, sacristias laterais e duas torres dianteiras. Possui coro com balaustrada, piso em campas e tabuado, forros abobadados e cimalkas em madeira. As sacristias são ligadas à nave por arcadas. Possui altar-mor e duas laterais em rococó, com pinturas no forro e murais da capela-mor, com anjos e nuvens, e moldura em volutas em perspectivas, em fortes tons de vermelho e azul.</p>	<p>O acesso é permanente. O fluxo maior de turistas ocorre nos fins de semana, e feriados e, principalmente, nas férias escolares.</p>	<p>Regular, porém em alguns aspectos ruim, necessitando de intervenção. Foram detectadas infiltrações no telhado e ataque de cupins nas cimalkas. Os mesmos problemas foram verificados em outros pontos, principalmente nas pinturas murais e no forro abobadado do altar mor, causando perdas na camada pictórica. Há vidros quebrados em janela da capela-mor. Foram encontradas gambiarras na fiação elétrica e não há programa de combate de incêndio. Os alarmes não funcionam.</p>	<p>A conclusão do laudo técnico foi apresentada ao IEPHA /MG e ao IPHAN. Está prevista, no âmbito do Monumenta/BID, a restauração arquitetônica e de elementos artísticos da igreja.</p>


Igreja do Bom Jesus de Matosinhos

(Continua)


NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
	<p>Federal</p> <p>IPHAN Processo n. 318-T, inscrição n. 262, folha 45, no Livro de História, em 24/11/1949. O imóvel está inserido também no conjunto tombado.</p>	<p>Igreja barroca, construída entre 1768 e 1781, pela Ordem Terceira do Carmo. Situa-se numa elevação. Seu acesso se dá por uma grande escadaria de pedra em formato de cálice invertido, com lances iniciais em semicírculo, que se dividem em duas escadas. A edificação possui nave, com duas torres dianteiras, capela-mor, sacristias e capelas laterais, com estrutura autônoma de madeira e paredes de pau-a-pique. Possui na fachada um medalhão que representa N. Sra. do Carmo entregando os escapulários a São Simão Stock (cópia do original, que se encontra no interior da igreja). A decoração interna é agradavelmente harmoniosa na combinação de seus elementos de talha e pintura. Os trabalhos de talha se concentram num conjunto de três retábulos, dois púlpitos e ornatos em relevo do arco-cruzeiro.</p>	<p>O acesso é permanente. O fluxo maior de turistas é nos fins de semana, feriados e, principalmente, nas férias escolares.</p>	<p>Ruim, necessitando intervenção. Algumas peças do telhado precisam ser trocadas e há presença de goteiras. As cimalkas estão com sinais de apodrecimento, há partes faltantes e perda de camada pictórica. O reboco e a pintura necessitam de reparos. A talha dos altares, os adornos do arco-cruzeiro, os pisos, os forros do teto e das paredes e o revestimento dos esteios, assim como a escada da torre, estão sendo atacados por cupins e apresentam sinais de apodrecimento. As portas e janelas estão deixando entrar água, principalmente as janelas do coro. A parte elétrica está com gambiarras e a rede hidráulica necessita de reforma. Não há programa de combate de incêndio e os alarmes não funcionam.</p>	<p>A edificação necessita urgentemente de restauração completa. O projeto de restauração arquitetônica (IEPHA/MG), de restauração dos elementos artístico (IPHAN) e de ativação de sistemas de segurança deverá ser incorporado ao PDITS.</p>

Igreja de Nossa Senhora do Carmo


(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="331 927 488 948">Casa dos Ottoni</p>	<p data-bbox="607 446 696 472">Federal</p> <p data-bbox="607 515 826 799">IPHAN Processo n. 425-T-50, inscrição n. 270, folha 46, no Livro Histórico, em 28/4/1950. O imóvel está inserido também no conjunto tombado.</p>	<p data-bbox="831 446 1205 1023">Casa da família dos Ottoni, onde nasceu Teófilo Ottoni, figura política de destaque no Império brasileiro. Construção de linhas simples, lembrando os velhos solares rurais mineiros. Estrutura autônoma de madeira e vedação de pau-a-pique. Cobertura em várias águas com tesouras de madeira e telhas tipo capa-e-bica artesanais. Com dois pavimentos, está implantada a meia-encosta em terreno de mais de 30.000m² com bosque e nascente atrás. Funciona atualmente como museu, sob a responsabilidade do IPHAN. Seu acervo é composto de peças sacras, de mobiliário e de utensílios dos séculos XVIII e XIX.</p>	<p data-bbox="1209 446 1487 730">O acesso é permanente. O fluxo maior de turistas é nos fins de semana, feriados e, principalmente, nas férias escolares. A capacidade máxima de carga foi estipulada em grupos de dez pessoas.</p>	<p data-bbox="1491 446 1809 647">Bom. A edificação passou por intervenções de adequação para o uso de museu e manutenção corretiva. Há manutenção periódica, realizada pelo IPHAN.</p>	<p data-bbox="1814 446 2094 647">Está prevista, no âmbito do Monumenta/BID, a realização de dois projetos para a Casa dos Ottoni, um de museologia e outro de paisagismo.</p>

(Continua)


NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p>Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição</p>	<p>Federal</p> <p>IPHAN Processo n. 263-T, inscrição n. 233, folha 52, no Livro de Belas Artes, em 24/11/1949. O imóvel está inserido também no conjunto tombado</p>	<p>Igreja de grande monumentalidade e verticalidade, sendo que suas duas torres, laterais e dianteiras, são das mais altas edificadas no Brasil em pau-a-pique. Sua construção foi iniciada na segunda metade do século XVIII e concluída apenas no século XIX. É composta por nave, capela-mor, capelas laterais, sacristias e coro. No frontispício existem três portas-sacadas, com parapeitos de ferro batido e duas outras inseridas nos flancos das torres. Possui altar-mor e quatro altares laterais na nave. A talha é em estilo rococó, com data de 1886. Possui piso em campas, forros abobadados em tabuado liso com pinturas decorativas, coro com balaustrada trabalhada.</p>	<p>O acesso é permanente. O fluxo maior de turistas é nos fins de semana, feriados e, principalmente, nas férias escolares. Nas celebrações e festas mais importantes, o fluxo de pessoas é bastante intenso, englobando muitas centenas de pessoas.</p>	<p>Regular, necessitando de intervenção. Há goteiras no centro da nave e na lateral direita, na frente. Há também, necessidade de calhas e condutores. Verificaram-se infiltrações, umidade e ataque de cupins. Existe pintura mural debaixo da caiação. Os elementos artísticos integrados necessitam de restauração completa, sofrendo ataque de cupins, desprendimentos. Há vidros quebrados.</p> <p>Necessita de novo projeto elétrico e luminotécnico. Não há plano de combate a incêndio e os alarmes existentes não funcionam. Não há vigilância e o fechamento é precário.</p>	<p>A conclusão do laudo técnico foi apresentada ao IEPHA /MG e ao IPHAN.</p> <p>Estão previstos, no âmbito do Monumenta/BID, dois projetos para a edificação, um de restauração arquitetônica e outro de restauração dos elementos artísticos.</p>

(Continua)


NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
	<p>Estadual</p> <p>IEPHA/MG Decreto n. 20.581/80 de 26/05/1980.</p>	<p>Construída em 1787, conforme inscrição pintada na igreja. Possui nave, capela-mor e sacristia, com duas torres laterais dianteiras. Telhado em duas águas com beirais. Fachada principal com portada almofadada e três janelas rasgadas de cima até em baixo, com balaustradas de madeira. No centro, ao alto, possui óculo. Cada torre tem telhado de quatro águas com duas janelas. Estrutura autônoma de madeira, paredes de abobe e tijolos. Possui, internamente, coro com balaustrada em madeira. As sacristias são separadas da nave e da capela-mor por arcos. Possui altar-mor e dois retábulos colaterais. O piso da nave é de tabuado. O forro da capela-mor tem a pintura do padroeiro.</p>	<p>O acesso é permanente. Porém, fora dos horários de missa é preciso chamar a pessoa responsável. O fluxo maior de turistas é nos feriados e, principalmente, nas férias escolares. Nas celebrações e festas mais importantes, o fluxo de pessoas é maior (em torno de 200 pessoas). Em janeiro há a festa de São Gonçalo, que atrai grande número de pessoas.</p>	<p>Entre bom e regular, necessitando da intervenção. Carecem de restauração o forro, e os retábulos da capela-mor e os dois retábulos colaterais. Foram encontradas algumas gambiarras na instalação elétrica. Falta plano de combate a incêndio. Os alarmes não funcionam.</p>	<p>O IEPHA/MG tem projeto para a restauração dos elementos artísticos e para a conservação preventiva, orçado em R\$100.000,00, o qual será integrado ao PDITS.</p>

Igreja Matriz de São Gonçalo
(Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras)

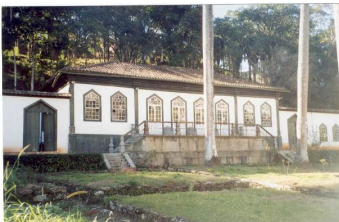

(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="237 1110 582 1184">Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres (Distrito de Milho Verde)</p>	<p data-bbox="613 448 712 472">Estadual</p> <p data-bbox="613 512 757 627">IEPHA/MG Decreto n. 20.581/80 de 26/5/1980.</p>	<p data-bbox="837 448 1196 922">Igreja do século XVIII, de partido simples, com nave, capela-mor e sacristias. Estrutura autônoma de madeira e paredes de adobe. Sem torres, há um campanário na lateral dianteira direita, com dois sinos, para onde se sobe por escada de madeira. Possui adro com arrimo de pedra e cruzeiro à frente. Telhado com duas águas, com beirais. Fachada principal com porta e três janelas, sendo a menor acima da porta. Internamente, possui coro, sacristias laterais e piso em campas.</p>	<p data-bbox="1218 448 1478 810">O acesso é permanente, porém fora dos horários de missa é preciso chamar a pessoa responsável. O fluxo maior de turistas é nos feriados e, principalmente, nas férias escolares. Nas celebrações e festas mais importantes, o fluxo de pessoas é maior.</p>	<p data-bbox="1498 448 1800 1002">Entre regular e ruim, necessitando de intervenção. Passou por restauração arquitetônica, feita pelo IEPHA, recentemente, porém necessita de restauração dos elementos artísticos. Prospecções anteriores demonstram a existência de camada pictórica recoberta. De forma geral, a talha nos altares necessita de restauração e a caiação, de retoques. É necessária a revisão do tabuado do piso e combate ao cupim no forro. Não há plano de combate de incêndio. Os alarmes não funcionam.</p>	<p data-bbox="1823 448 2074 922">O projeto de restauração e conservação, de autoria do IEPHA, está orçado em R\$100.000,00 e deverá ser incorporado ao PDITS. Em Milho Verde, recomenda-se o tombamento, (estadual ou municipal) e a restauração da capela do Rosário, por seu valor cultural e histórico e por sua estreita relação com este imóvel já tombado.</p>

(Continua)

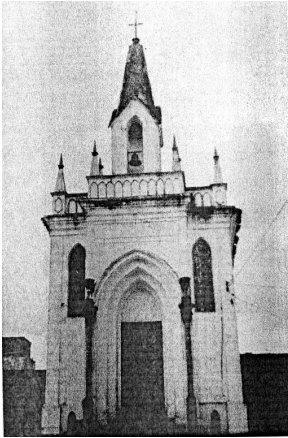
NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="315 954 506 978">Prefeitura Municipal</p>	<p data-bbox="611 440 712 464">Municipal</p> <p data-bbox="611 507 792 647">Conselho Deliberativo do Patrimônio. Decreto n. 1.197 de 3/4/2003.</p> <p data-bbox="611 691 696 715">Federal</p> <p data-bbox="611 758 804 863">O imóvel está inserido no conjunto tombado pelo IPHAN.</p>	<p data-bbox="835 440 1200 491">Consta que esse prédio teria sido construído para hospedar D. Pedro II por ocasião de visita ao Serro, que não chegou a efetivar- se. Edificação colonial, em cuja fachada observa-se forte inclinação para frente. Estrutura em madeira e taipa de sebe, com cobertura em quatro águas. A fachada principal compõe-se, na parte térrea de onze portas (originalmente eram nove, com duas janelas). No andar superior há um conjunto de 10 sacadas em ferro batido, cujas janelas são rasgadas por inteiro.</p> <p data-bbox="835 890 1193 1075">A construção se desenvolve em três pavimentos em forma de “L”, sendo que pela Praça João Pinheiro só se vêem dois destes pavimentos, sendo tal implantação bastante característica da época.</p>	<p data-bbox="1214 440 1480 655">Por se tratar de sede da prefeitura, o acesso é permanente durante os dias úteis. Porém, trata- se de uma das edificações que mais se destacam na paisagem urbana do Serro.</p>	<p data-bbox="1496 440 1789 628">Conforme laudo de vistoria técnica elaborado pelo município, visando a repasso do ICMS do Patrimônio Cultural, o estado de conservação é bom.</p>	<p data-bbox="1921 453 1980 464">_____</p>

(Continua)


NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
	<p>Municipal</p> <p>Conselho Deliberativo do Patrimônio Decreto n. 1.201, de 3/4/2003.</p>	<p>Edificação da segunda metade do século XIX, foi construída para ser residência do barão do Serro. Pertence ao IEPHA/MG. Construída em madeira e taipa de sebe, possui estilo curioso e requintado, destacando-se pela sua singularidade no conjunto da cidade. Sua fachada principal, marcada por quatro palmeiras imperiais seculares, é composta de quatro portas, com vedação envidraçada e almofadada em vergas, com ângulo e folhas em guilhotina. Anexo ao prédio principal, há, de cada lado, um "puxado", acompanhando o estilo geral da fachada, com portões independentes, provavelmente destinados a estrebaria e depósito.</p>	<p>O acesso é permanente. É um dos prédios mais visitados do Serro. Encontra-se atualmente cedido à prefeitura da cidade, em regime de comodato.</p>	<p>Regular, necessitando de intervenção, conforme laudo de vistoria técnica elaborado pelo município, visando a repasse do ICMS do Patrimônio Cultural. O engradamento dos telhados dos anexos apresenta peças apodrecidas, deformadas e desalinhadas. Há muitas telhas quebradas. A grande maioria das esquadrias apresenta tábuas com desnivelamentos. Os forros também se encontram danificados, necessitando de reparos. A pintura das paredes externas encontra-se em estado regular.</p>	<p>Conforme informações do IEPHA, a prefeitura não realizou os serviços de conservação acordados no termo de comodato. Dada a importância do imóvel, foi elaborado pelo IEPHA um projeto de restauração e conservação preventiva, o qual deverá ser incorporado ao PDITS.</p>
	<p>Federal</p> <p>O imóvel está inserido no conjunto tombado pelo IPHAN.</p>				

Chácara do Barão de Serro


(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="255 983 564 1029">Capela do Cemitério Municipal e Capela de São Miguel e Almas</p>	<p data-bbox="607 440 714 464">Municipal</p> <p data-bbox="607 507 797 647">Conselho Deliberativo do Patrimônio Decreto n. 1.200, de 3/4/2003.</p> <p data-bbox="607 691 696 715">Federal</p> <p data-bbox="607 758 804 863">O imóvel está inserido no conjunto tombado pelo IPHAN.</p>	<p data-bbox="831 440 1196 963">Implantada no mais alto ponto da cidade e circundada pelo muro, em pedra sabão, do cemitério, a capela foi construída nos últimos anos do século XIX, também toda de pedra. Com influências do gótico, apresenta um diferencial em suas aberturas, adotando janelas ogivais em vidro, que permitem a entrada da luz em seu interior. A fachada frontal é marcada por acentuada verticalidade, articulada por uma única torre central, onde se encontra o sino e, no seu vértice, a cruz. Toda a fachada é marcada em pedra sabão, com requintados detalhes, que também ladeiam a escadaria.</p>	<p data-bbox="1209 440 1480 580">O acesso é permanente. O fluxo de visitantes é constituído em sua maior parte pela população local.</p>	<p data-bbox="1491 440 1798 991">Ruim, necessitando de intervenção, conforme laudo de vistoria técnica elaborado pelo município, visando a repasse do ICMS do Patrimônio Cultural. A estrutura do telhado da capela encontra-se em acentuado processo de desarticulação, com peças apodrecidas, desalinhadas e deformadas e há muitas telhas quebradas. Sua estabilidade é incerta. Grande parte das janelas está em estado precário. O forro, o piso tabuado, o mezanino e a escadinha de acesso a este apresentam cupins e infiltrações.</p>	<p data-bbox="1814 440 2085 715">A edificação necessita urgentemente de restauração completa, cabendo ao município a iniciativa de promover essa obra, buscando para isso o apoio da 14º Sub-Regional do IPHAN, da Igreja e da comunidade local.</p>


(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="300 946 517 967">Casa General Carneiro</p>	<p data-bbox="613 448 719 469">Municipal</p> <p data-bbox="613 515 797 655">Conselho Deliberativo do Patrimônio Decreto n. 1.198, de 3/4/2003.</p> <p data-bbox="613 699 696 719">Federal</p> <p data-bbox="613 762 804 871">O imóvel está inserido no conjunto tombado pelo IPHAN.</p>	<p data-bbox="837 448 1196 1000">Sobrado construído na primeira metade do século XIX, berço de Ernesto Gomes Carneiro, general que morreu no Paraná, comandando as forças legalistas, em 1894. De arquitetura simples e despojada, com nítida influência rural, possui dois andares, sendo que o térreo possui quase a metade da projeção do superior, devido ao aclive do terreno em relação à rua. As fachadas principal e lateral apresentam vãos em vergas retas no térreo e arqueadas no pavimento superior. A cobertura é em quatro águas, terminando em beirais, encachorrados, guarnecidos de guarda-pó.</p>	<p data-bbox="1218 448 1464 695">O prédio é de propriedade da União. Nele funciona a 14ª Sub-Regional do IPHAN, estando, portanto, aberto à visitação pública no horário de atendimento do órgão.</p>	<p data-bbox="1500 448 1789 639">Conforme laudo de vistoria técnica elaborado pelo município, visando a repasse do ICMS do Patrimônio Cultural, o estado de conservação é bom.</p>	<p data-bbox="1921 496 1984 504">_____</p>


(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="237 863 584 906">Escola Estadual Ministro Edmundo Lins – Casa do Barão de Diamantina</p>	<p data-bbox="611 440 712 464">Municipal</p> <p data-bbox="611 507 797 647">Conselho Deliberativo do Patrimônio Decreto n. 1.199, de 3/4/2003.</p> <p data-bbox="611 691 696 715">Federal</p> <p data-bbox="611 758 804 863">O imóvel está inserido no conjunto tombado pelo IPHAN.</p>	<p data-bbox="835 440 1189 959">Este imponente sobrado foi construído na segunda metade do século XIX para ser a residência de Francisco José de Vasconcelos Lessa, barão de Diamantina. A estrutura é em madeira e taipa de sebe. Possui dois pavimentos na frente e três pelo lado dos fundos, implantados no formato de “L”, possibilitando o surgimento de um pátio nos fundos. A fachada principal é composta por uma porta almofadada e seis janelas em guilhotina, no térreo, e sete sacadas isoladas em ferro batido, com porta-janelas envidraçadas, almofadadas e de bandeiras, no andar superior.</p>	<p data-bbox="1214 440 1458 687">Existem restrições ao acesso, em virtude de seu uso atual como estabelecimento de ensino, porém sua fachada pode ser considerada aberta à contemplação dos visitantes.</p>	<p data-bbox="1496 440 1787 632">Conforme laudo de vistoria técnica elaborado pelo município, visando a repasse do ICMS do Patrimônio Cultural, o estado de conservação é bom.</p>	<p data-bbox="1917 488 1984 496">_____</p>

(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="315 994 506 1018">Igreja de Santa Rita</p>	<p data-bbox="613 440 712 464">Municipal</p> <p data-bbox="613 507 792 679">Conselho Deliberativo do Patrimônio Decreto n. 783 de 27 de abril de 1999.</p> <p data-bbox="613 722 696 746">Federal</p> <p data-bbox="613 790 801 898">O imóvel está inserido no conjunto tombado pelo IPHAN.</p>	<p data-bbox="837 440 1189 1070">Construída no século XVIII, está localizada em sítio dos mais elevados da cidade, de onde se descortina privilegiada vista. O acesso à Igreja é por longa escadaria de pedra com 58 degraus. A estrutura é em taipa de sebe, com cunhais de madeira, cobertura em duas águas. A fachada é poligonal, de inusitada composição, com torre central. Há ainda, porta, três janelas com parapeito entalado em madeira torneada e óculo central, enquanto cada lado das faces esquinadas tem porta e janela do mesmo tipo das centrais. Possui interessante decoração interna, com bela pintura de marmorizado e motivos florais. Há dois retábulos em talha na nave central, porém o altar-mor é bastante simples.</p>	<p data-bbox="1218 440 1480 775">O acesso é permanente. O fluxo maior de turistas é nos fins de semana, e feriados e, principalmente, nas férias escolares. Nas celebrações e festas mais importantes, o fluxo de pessoas é bastante intenso, englobando centenas de pessoas.</p>	<p data-bbox="1500 440 1821 863">Conforme laudo de vistoria técnica elaborado pelo município, visando a repasse do ICMS do Patrimônio Cultural, o estado de conservação é bom. Passou por reforma recentemente, obra concluída em maio de 2002. Contudo, foi constatado na vistoria realizada pela FJP que há um vazamento na torre e que a edificação necessita de restauração de seus elementos artísticos.</p>	<p data-bbox="1841 440 2092 863">Os problemas identificados foram informados ao IPHAN, que deverá, junto com a prefeitura, tomar as providências necessárias, por intermédio da 14ª Sub-regional. Entre as ações propostas para o Monumenta/BID está o projeto de paisagismo e infra-estrutura do adro da Igreja de Santa Rita.</p>

(Conclusão)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="239 906 582 984">Rancho de Tropas (Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras)</p>	<p data-bbox="611 466 822 675">Municipal</p> <p data-bbox="611 533 822 675">Conselho Deliberativo do Patrimônio</p> <p data-bbox="611 624 822 675">Decreto n. 839 de 31/3/2000.</p>	<p data-bbox="835 466 1198 938">É considerado um dos últimos ranchos de tropas a preservar sua unidade e características arquitetônicas originais, apesar de a venda ter sido adaptada ao uso residencial e de ter sofrido alterações. O sistema construtivo adotado é o mesmo de todo o povoado de São Gonçalo: estrutura de madeira com enquadramento aparente, base de esteios e fechamento em pedra com junta “seca”. Possui cobertura em telha cerâmica canal, engradamento em caibros roliços e parede em pau-a-pique, com exceção da residência.</p>	<p data-bbox="1211 466 1480 799">Trata-se de propriedade particular. Na época do tombamento, a prefeitura negociou com a proprietária a construção de um novo imóvel para que o rancho pudesse ser aberto à visitação pública. Essa negociação não foi levada adiante.</p>	<p data-bbox="1494 466 1821 694">Ruim, necessitando de intervenção. O bem se encontra em precário estado de conservação, estando há algum tempo fechado, o que possivelmente agravou ainda mais sua situação.</p>	<p data-bbox="1834 466 2105 715">Esta edificação necessita de restauração completa. Recomenda-se que o município tome providências a esse respeito, estabelecendo uma nova negociação com a proprietária.</p>

1.9 Turmalina

O arraial da Piedade, origem do atual município de Turmalina, teria surgido na metade do século XVIII, ao redor da capela, com invocação de Nossa Senhora da Piedade, cuja imagem, segundo a lenda, teria sido encontrada no local. Seus primeiros moradores estabeleceram-se na região com o fim de explorarem a agricultura e a criação de gado. Atestando o seu desenvolvimento, o povoado foi elevado à categoria de distrito de Minas Novas por lei provincial de 1840, com a denominação de Nossa Senhora da Piedade. Em 1923, mudou sua denominação para Turmalina. Em 1948, pela Lei n. 336, de 27 de dezembro, tornou-se município autônomo, compreendendo os distritos de Turmalina, Caçaratiba e Veredinha, desmembrados do município de Minas Novas.

A cidade possui a Biblioteca Escolar Comunitária, a Corporação Musical Euterpe Homero Maciel, a Casa da Cultura, a Casa do Artesão e os grupos folclóricos Caboclinhos e Marujada. As festas religiosas e outros eventos culturais, como o Festur (Festival da Canção), são responsáveis por trazer ao município grande número de visitantes.

Apesar de Turmalina não possuir imóveis tombados, devem ser destacadas a Igreja de Nossa Senhora da Piedade e a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, assim como algumas residências antigas, dentre elas a do alferes Hidelfonso Pinheiro Torres e o sobradão dos Mangueiros, e o Mercado Municipal.

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural foi criado pela Lei municipal n. 1030, 17 de junho de 1999, e designado, anos, pelo decreto municipal n. 806, de fevereiro de 2003.

A UFMG tem o projeto de criação do Centro de Memória Cultural e Artística de Turmalina, que inclui a montagem de um banco de dados e objetos – fontes primárias, secundárias, áudio, vídeo, arte e artesanato.

Conforme as exigências do IEPHA/MG para a inserção dos municípios nos benefícios da Lei do ICMS do Patrimônio Cultural, a administração municipal deverá realizar o

inventário de seus bens culturais, primeiro passo para a definição dos imóveis que deverão ser alvo de proteção por meio de tombamento. Dado o interesse turístico da cidade, recomenda-se um acompanhamento maior das ações municipais na área do patrimônio e, sobretudo, apoio técnico por parte dos órgãos executores do PRODETUR em Minas Gerais, IEPHA e Unidade Executora do Programa.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do diagnóstico, buscou-se enfatizar a importância do patrimônio histórico e cultural do Vale do Jequitinhonha, no qual se destacam não apenas os conjuntos arquitetônicos de Diamantina e Serro, mas também a importância histórica de Minas Novas, que inclui dois imóveis de grande singularidade (sobradão e capela octogonal) e a presença, nos outros municípios que compõem a Área de Planejamento, de edificações também importantes e remanescentes dos séculos XVIII e XIX. Todavia, diversas edificações históricas apresentam sinais de degradação e descaracterização e existem ainda vários imóveis de interesse que não se encontram protegidos por meio de tombamento, especialmente em Minas Novas e que, devido a esse fato, não atendem aos critérios de elegibilidade para que possam ser beneficiados com recursos do Programa.

Deve-se ressaltar ainda que Minas Gerais apresenta hoje um quadro bastante significativo em termos da gestão municipal do patrimônio cultural, processo que vem sendo motivado pela Lei do ICMS-Critério do Patrimônio Cultural e pelo trabalho que vem sendo realizado pelo IEPHA/MG. Nesse sentido, além da presença dos órgãos de proteção do patrimônio federal e do estadual, respectivamente IPHAN e IEPHA/MG, foi possível constatar uma atuação mais efetiva das administrações municipais na gestão do patrimônio cultural, configurando um quadro bastante positivo em relação à sustentabilidade das ações que por ventura venham a ser implementadas, justificando novas intervenções e projetos, sobretudo aqueles que visam desenvolver o turismo na região.

Impulsionados pela possibilidade de conseguir maiores repasses do ICMS – Critério do Patrimônio Cultural, todos os nove municípios da Área de Planejamento possuem legislação específica e Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio. É verdade que alguns se encontram mais adiantados nesse processo – como é o caso de Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Itamarandiba, Minas Novas e Serro, com diversas ações, incluindo a realização de inventários e tombamentos, e que os restantes vêm enfrentando maiores dificuldades, tanto financeiras quanto técnicas, para atuar de

forma mais sistemática e abrangente na área. Tendo em vista esse cenário, e em articulação com as demais diretrizes do PDITS, recomenda-se que o apoio à gestão municipal do patrimônio cultural seja inserido entre as ações prioritárias do PRODETUR no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, juntamente com a realização de algumas obras, consideradas urgentes e de interesse para o desenvolvimento turístico da região, mas que não contam com outras possibilidades de financiamento.

Para a execução das ações do Programa, além das diversas instituições locais que atuam na área da cultura, pode-se contar com a participação da Universidade Federal de Minas Gerais, cuja presença na região se dá principalmente a partir do Centro de Geologia Eschwege em Diamantina. No âmbito do Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, a instituição vem desenvolvendo diversos projetos, com o objetivo maior de contribuir para minorar as carências da região. Significativamente, na área do patrimônio histórico e cultural, tem-se o projeto de Preservação do Patrimônio Cultural do Vale do Jequitinhonha, voltado para pesquisa e treinamento na área de restauração e que engloba também a realização de palestras, visando à conscientização da população quanto à necessidade e importância da identificação, conservação e recuperação do patrimônio cultural.

Com objetivos muito próximos e permitindo uma complementaridade com as ações do PRODETUR, o Monumenta, programa do governo federal que conta com recursos do BID, vem desenvolvendo ações em Diamantina e, mais recentemente, no Serro, voltadas para a recuperação do patrimônio cultural e para a revitalização de seus núcleos urbanos. Nessas duas cidades, conforme discriminado anteriormente, além da restauração de monumentos, estão previstas ou já em execução diversas obras de tratamento paisagístico dos conjuntos históricos tombados.

No âmbito da análise de cada município, foram feitas recomendações mais específicas, buscando solucionar os problemas verificados em cada conjunto ou imóvel tombado, assim como algumas proposições acerca da gestão municipal do patrimônio cultural.

Sabe-se, porém, que o tombamento de um bem cultural não é a única garantia de sua preservação e que as limitações financeiras dos proprietários e dos órgãos públicos

impedem que sejam feitos investimentos na restauração e manutenção dos imóveis tombados. Além da busca de fontes alternativas de financiamento, recomenda-se que os municípios elaborem programas de conservação preventiva, pois a experiência tem comprovado que por meio de ações periódicas, simples e de baixo custo, como imunização, controle de umidade, averiguação de telhados e da parte elétrica e hidráulica, é possível manter o patrimônio e evitar danos maiores e de mais difícil solução. Por outro lado, recomenda-se que seja dado aos trabalhadores da equipe de obras das prefeituras treinamento específico na área de preservação arquitetônica, para que os mesmos possam realizar serviços emergenciais e de menor complexidade técnica em imóveis públicos e particulares.

Uma das exigências do IEPHA/MG para o repasse dos recursos do ICMS-Critério do Patrimônio Cultural é a existência, no âmbito da administração municipal, de equipe técnica especializada na área do patrimônio cultural. Na maior parte dos municípios, essa equipe é formada, quase sempre, por funcionários da área de educação, com afinidade, mas sem grande especialização na área. Nesse sentido, recomenda-se a realização de cursos de capacitação e o fortalecimento das equipes municipais que atuam na área. Para a realização dos laudos de vistoria e acompanhamento das obras de conservação e restauração arquitetônica, sugere-se a contratação de um arquiteto especializado ou então, na impossibilidade de efetuar-se esta contratação, a realização de consórcios entre as prefeituras para contratação de uma assessoria técnica conjunta.

A partir do diagnóstico realizado, ficou evidente a necessidade de se desenvolver o turismo na região não apenas a partir de uma visão integrada do seu patrimônio histórico e cultural, mas também por meio da participação e do envolvimento da sociedade, principal garantia da sustentabilidade desse mesmo patrimônio e das ações a serem empreendidas no pólo.

Afigura-se, portanto, como principal estratégia para o desenvolvimento turístico, o trabalho efetivo com as populações locais e o fortalecimento da gestão municipal do patrimônio cultural, o que deverá ser feito no âmbito da elaboração dos Planos Municipais de Turismo e Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental, que inclui ações de capacitação institucional tanto de técnicos como de professores.

No âmbito dessa capacitação, deve ser incentivada a elaboração de Programas Municipais de Conservação Preventiva, uma vez que, por meio de ações periódicas, simples e de baixo custo – como imunização, controle de umidade e verificação de telhados e da parte elétrica e hidráulica – é possível conservar o patrimônio e evitar danos maiores.

Além disso, é preciso garantir o apoio técnico para a elaboração de projetos e o acompanhamento mais sistemático das ações municipais, principalmente quanto à realização de inventários e tombamentos dos bens culturais identificados como de interesse turístico, por parte do IEPHA e da Unidade Executora Estadual do PRODETUR (UEE) em Minas Gerais, inclusive com o objetivo de contribuir para a consolidação da política municipal de proteção do patrimônio cultural.

É necessário garantir também que, na elaboração dos Planos Diretores Municipais, sejam definidas as áreas de interesse de preservação histórica e as diretrizes de planejamento para o setor.

Por outro lado, é preciso estruturar os atrativos de maneira a desenvolvê-los de forma sustentável, não comprometendo sua qualidade e valor cultural. No caso dos pequenos povoados, recomenda-se um cuidado especial: ações preparatórias naqueles que ainda não recebem grandes fluxos turísticos e a elaboração de planos de desenvolvimento, monitoramento e mitigação dos impactos do turismo nos mais visitados, como é o caso de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde, ambos localizados em Serro. Outra medida importante é estabelecer restrições para a realização de atividades turísticas em locais ou monumentos que não estejam devidamente estruturados.

O diagnóstico apresentado revelou um quadro favorável em termos do estado de conservação dos principais monumentos, porém evidenciou-se a necessidade da realização de obras de restauração e preservação em alguns atrativos que aparecem também com maior valor turístico e com grande importância em termos da integração e consolidação do turismo na Área de Planejamento.

Conforme exposto anteriormente, tais edificações são: Clube Social e Cadeia Antiga, em Diamantina; Chácara do Barão do Serro e as igrejas de São Gonçalo e de Nossa

Senhora dos Prazeres, em Serro; o Sobradão e a Capela de São José, em Minas Novas; e as igrejas de Bom Jesus do Matozinhos e de Nossa Senhora da Conceição, em Couto de Magalhães de Minas.

Para as outras edificações que também estão necessitando de restauração e não estão sendo priorizadas, seja em virtude de não se enquadrarem nos critérios de elegibilidade do Programa ou que apresentam menor valor em termos de atratividade turística, como é o caso de duas igrejas em Minas Novas, da Matriz de São Francisco e da capela de São Gonçalo, propõe-se o estabelecimento de parcerias entre os órgãos públicos das diferentes esferas de governo com a iniciativa privada e, sobretudo, com os proprietários.

Na perspectiva da valorização dos principais atrativos turísticos, aponta-se ainda, enquanto ação estratégica, a realização das obras de instalação subterrânea de redes elétricas nos conjuntos históricos de Diamantina e serro.

Por fim, é necessário disponibilizar alternativas de interpretação do patrimônio tanto com o objetivo de valorizar os atrativos, quanto de subsidiar o trabalho de educação patrimonial e dos profissionais de turismo, como por exemplo, dos guias. A sinalização dos atrativos por meio de placas indicativas, educativas e, principalmente, interpretativas do patrimônio cultural aparece assim entre as ações prioritárias, contribuindo também para que o turista tenha uma percepção mais integrada dos atrativos turísticos da Área de Planejamento.

REFERÊNCIAS

ATLAS dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais; Circuito do Diamante. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1978.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

CARRAZZONI, Maria Elisa (Coord.). *Guia dos bens tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

CARVALHO, André (Org.). *Minas: Enciclopédia dos municípios mineiros*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998.

CIRCUITO do Diamante: diretrizes para o desenvolvimento urbano de Diamantina. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958-1960. Volumes 24 a 27.

FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1962.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*; 1837. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

MOURÃO, Paulo Kruger Correia. *As Igrejas Setecentistas em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.

POEL, Francisco van der, Frei. *Bibliografia do Jequitinhonha e outras coisas de lá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio (Província de Minas Gerais)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 88

SANTOS, Márcio. *Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SOUZA, José Evangelista de. *Os povoadores de sertões e as minas do ouro*. Belo Horizonte: Farmac, 1991.

SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos; Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

STARLING, Mônica B. de Lima; REIS, André Abreu. *Apontamentos sobre o ICMS Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. (Cadernos do CEHC. Série Cultura, 4).

TSCHUDI, J. J. e HALFELD, H.G. F. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.